

## LÍNGUAS DE SINAIS: TRAVESSIAS LINGUÍSTICAS, LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

*SIGN LANGUAGES: LINGUISTIC, LITERARY AND ARTISTIC CROSSINGS*

**Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros<sup>1</sup>, Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos<sup>2</sup>, Valéria Campos Muniz<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> *Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, MS, Brasil*  
<https://orcid.org/0000-0003-4613-4357>  
[chaves.adri@hotmail.com](mailto:chaves.adri@hotmail.com)

<sup>2</sup> *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*  
<https://orcid.org/0000-0001-6439-748X>  
[danielle@letras.ufrj.br](mailto:danielle@letras.ufrj.br)

<sup>3</sup> *Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Rio de Janeiro, RJ, Brasil*  
<https://orcid.org/0000-0002-5267-9479>  
[valcammuniz@gmail.com](mailto:valcammuniz@gmail.com)

### APRESENTAÇÃO

Os estudos culturais e os de Letramentos abriram espaço para formas distintas de compreender as dinâmicas no campo da Educação, contemplando e subsidiando reflexões e práticas acerca das Línguas de Sinais. O recente reconhecimento da Educação Bilíngue de Surdos, no art. 3º da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB), fortalece a pluralidade das Línguas de Sinais e dos processos a elas relacionados, reafirmando o direito linguístico dos surdos e suas diferenças culturais.

Lutar por direitos foi o caminho de transformação social trilhado pela comunidade surda, que, ao longo da história, foi submetida a condições de marginalidade nos diversos setores da sociedade, tais como, cultural, econômico, político, religioso e educacional. Considerados incapazes, sem poder exercer os seus direitos de cidadãos e tendo suas histórias narradas pelas vozes da comunidade ouvinte hegemônica, os surdos têm muito o que contar sobre situações de opressão, subalternização e lutas contra a desvalorização de sua língua e cultura. Vivenciando estrutura opressora do tripé da colonialidade do poder, saber e ser, o surdo tenta ressignificar e transformar um olhar costumeiramente calcado na deficiência para uma percepção identitária marcada pela alteridade, ocupando o lugar da diversidade, pluralidade e singularidade de sua cultura.

Nesse cenário, em que prevalece a relação antagônica do colonizado e a do colonizador, destacam-se relações de poder desiguais entre falantes usuários de

---

línguas de sinais e de língua portuguesa, cuja fronteira linguística não só impôs sentimento de desvalor à sua produção cultural, como também configurou empecilho para o alcance de uma educação que possibilitasse ampla participação na sociedade.

Mesmo com o reconhecimento da língua de sinais pela lei 10436/02, ao se afirmar que esta não poderá substituir a modalidade escrita da língua de sinais, evidencia-se um complexo projeto ambivalente de ensino para surdos, na medida em que se relega para a Libras a condição de meio de instrução. Ou seja, o contexto bilíngue da surdez configura, em seu cerne, um ambiente diferenciado de outros cenários bilíngues, transparecendo um modelo educativo complexo em sua proposta e em seus objetivos.

No tocante à produção cultural surda, a literatura em língua de sinais configura como uma de suas marcas principais, ressignificando o universo da surdez, ao lançar um olhar para as especificidades culturais dessa comunidade. As produções artísticas e literárias instauram um processo dialógico inovador entre a Libras, a língua portuguesa escrita, a Literatura e as Artes, materializando experiências em diferentes gêneros textuais. Ouvir as narrativas da comunidade surda através de “lupas” decoloniais significa desestabilizar a base das narrativas imperiais dos ouvintes, reconstituir a sua história de lutas e conquistas, de forma descentralizada.

Desse modo, com o intuito de refletir sobre alguns dos muitos desafios interpostos na educação de surdos, alinhamo-nos ao pensamento de Souza Santos (2019), no sentido de que não existe justiça social sem justiça cognitiva. Um ensino que se deseja transgressivo deve evidenciar a diversidade epistemológica presente nas diferentes esferas da sociedade, transparecendo uma “ecologia de saberes”, possibilitando o estudo de “afinidades, divergências, complementaridades e contradições que existem entre eles” (SANTOS, 2019, p.28). Para tanto, há que se consolidar as políticas linguísticas existentes no universo da surdez, a fim de que nova arquitetura sociolinguística conjugada a propostas pedagógicas inovadoras e diferenciadas, possam se delinear.

A partir dessa premissa, propomos um espaço de interlocução sobre experiências, em perspectivas transversais às áreas da Linguística, Literatura e Artes, que englobam as Línguas de Sinais. Essa abordagem põe em cena percepções de

---

ensino e de aprendizagem, que se querem em trânsito, articuladas por meio de vivências interculturais e translínguas, bem como, de diálogos intermediários.

Assim, abrindo nosso dossiê, temos a entrevista da Dra. Patrícia Luiza Ferreira Rezende, líder do movimento contemporâneo de lutas pela representatividade surda em contexto de resistência, em que discorre, entre outros temas, sobre a questão do que conceitua como um “epistemicídio das políticas públicas em educação de surdos”, ou seja, a “negação das produções intelectuais dos grupos dominados”; e sobre o longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à educação bilíngue de surdos.

O primeiro artigo, intitulado “Retextualização da LIBRAS para o português escrito com alunos surdos: uma proposta interdisciplinar e multimodal”, Rossana Alves Rocha e Camila Lopes Nascimento apresentam reflexões sobre as práticas multimodais de produção textual em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de retextualização em língua portuguesa escrita, desenvolvidas por uma professora surda e uma professora ouvinte bilíngue em duas turmas do sexto ano do ensino fundamental no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). No artigo, ressalta-se a importância do recurso contrastivo entre as duas línguas no momento da “adequação e adaptação” do texto em Libras para o português escrito, e da realização de um trabalho interdisciplinar entre as disciplinas.

Em “Se uma dog pode aprender libras, vocês também podem!” sério?!, Livia Letícia Belmiro Buscácio e Rogério Toscano da Silva analisam dizeres sobre o aprender e o ensinar a Língua Brasileira de Sinais inscritos em materiais de divulgação de cursos nas redes sociais, procurando produzir deslocamentos de saberes e formas de ensinar Libras, considerando um confronto entre-línguas do/no Brasil que reverbera na relação entre língua, sujeito e ensino.

Hector Renan da Silveira Calixto, Thaisy Bentes de Souza e Eleny Brandão Cavalcante apresentam o processo de tradução do protótipo de um Livro Digital Acessível (LDA) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) no artigo intitulado “Tradução para a libras de um livro digital acessível na perspectiva do desenho universal para a aprendizagem”, problematizando as (im)possibilidades de tradução do livro digital originalmente em Língua Portuguesa, a fim de refletir e compreender os procedimentos utilizados na tradução para a Libras.

---

E, por fim, fechando este número, o artigo “Literaturas: escrita e em língua de sinais. Diálogos possíveis?”, de Fabiana Braga (UFF) e Danielle Ramos (UFRJ), discute a potência de interlocuções em salas de aulas que vivam experiências translinguajeras, muito especificamente em torno da leitura literária em língua portuguesa e em Libras. Explora fluxos entre textos produzidos em ambas as línguas e reflete sobre formas de educação linguística que utilizem a literatura como modo de discutir e refletir sobre as diferenças sociolinguísticas, propondo, ainda, possíveis trabalhos pedagógicos.

Este Dossiê, portanto, foi inspirado na luta decolonial social, política, educacional e linguística dos surdos, que resistiram ao colonialismo imposto pelas práticas da comunidade ouvinte hegemônica. Marcados pelo histórico de militâncias e resistências, essa comunidade lançou-se aos movimentos políticos, para defender a sua cidadania, a sua identidade linguística, a sua educação e os seus direitos. A reivindicação dos surdos evidencia a luta dessa comunidade para se tornarem os protagonistas das suas próprias narrativas, os agentes transformadores da sua cultura, da sua educação e da sua identidade enquanto sujeitos que se constituem na língua de sinais.

Sendo assim, agradecemos a contribuição dos pesquisadores, que compartilharam seus estudos e consideraram as práticas de ensino sob a ótica da diferença. Desse modo, desejamos que os artigos publicados neste dossiê fomentem reflexões e outras discussões de modo a evidenciar a relevância de se produzir e divulgar conhecimentos sobre as questões da comunidade surda.

Fechando o número 24 da *Pensares em Revista*, apresentamos na seção *Vária* o artigo “Compreensão de leitura: uma proposta didática com o uso do Padlet”, no qual Janaina de Andrade Nogueira Pereira e Katia Nazareth Moura de Abreu discutem aspectos teóricos e cognitivos da leitura sob a perspectiva da Psicolinguística da Leitura. As autoras apresentam uma proposta didática com o uso do Padlet que enfoca estratégias cognitivas e compreensão de leitura e destacam a relevância do uso dos meios digitais para criação de ambientes de aprendizagem colaborativos que fomentem o protagonismo dos estudantes.

Boas Leituras!

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos

Valéria Campos Muniz

(Organizadoras)

## REFERÊNCIAS

Brasil. (2002) **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002. Seção 1, p. 23. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 10 de set. de 2020.

\_\_\_\_\_. (2021). **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de agosto de 2021. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília: MEC. SEMESP, 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

### Sobre as Organizadoras

#### Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros

Professora efetiva da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), ministrando aulas nos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* do Mestrado Acadêmico e Profissional em Letras. Licenciada em Letras Português-Inglês pela PUC-Rio (1984). Pós-graduação em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (1994). Pós-graduação em Management (MBA) pelo IAG Escola de Negócios da PUC-Rio (2003). Mestre em

---

Administração de Empresas com especialização em Marketing pelo IAG Escola de Negócios da PUC-Rio (2006). Doutorado em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio (2010). Pós-Doutorado em Letras Modernas pela USP (2016-2017).

**Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos**

Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Bilíngue do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Professora Adjunta II da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atuação na Faculdade de Letras, no Setor de Estudos Literários do Departamento de Letras/Libras. Leciona na graduação e na Pós-Graduação, dentro dos cursos de Especialização em Literatura Infantil e Juvenil e em Libras: ensino, tradução e interpretação. Integra os projetos de extensão Imagens em diálogos (EBA/UFRJ) e Imagens Surdas (FL/UFRJ/CNPq), que coordena. Mestre em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura (2001) e Doutora em Literatura Comparada (2006) pela Universidade Federal Fluminense.